

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E NO MÉXICO: ENADE, CPC, CENEVAL E CIEES

Sonia Maria de Sousa Santa Cruz*
soniasousa190@hotmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta o recorte de uma pesquisa mais ampla realizada para uma tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Nesta tese apresentou-se como problema central de pesquisa verificar se e como os processos de Avaliação da Educação Superior têm subsidiado políticas para a Educação Superior no Brasil e no México de 2004 a 2010, em relação aos cursos de graduação presenciais. Os resultados da pesquisa apontaram que o processo de institucionalização da Avaliação da Educação Superior está inserido no contexto histórico da reestruturação do capitalismo e das reformas educacionais contemporâneas. No Brasil, a Avaliação da Educação Superior é de cunho obrigatório no Sistema Federal de Ensino e os processos de Avaliação, Regulação e Supervisão são complementares e interdependentes. Já, no México, a adesão não é obrigatória e é assumida por diferentes organismos governamentais e não governamentais. No caso do México, o recorte foi feito em direção ao Centro Nacional de Evaluación para la Educación Superior, A. C.” (CENEVAL) e aos “Comités Interinstitucionales para la Evaluación de la Educación Superior” (CIEES) e, no Brasil, para o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC). A pesquisa confirmou a hipótese de que a Avaliação traduz uma relação de Hegemonia onde estão presentes a direção e a dominação. Os dados apresentados são resultados de uma pesquisa qualitativa que utilizou como técnicas a análise de documentos e de entrevistas individuais semiestruturadas numa perspectiva de Educação Comparada respeitando as singularidades históricas dos países em estudo.

Palavras-chave: avaliação; educação superior; hegemonia; Brasil; México.

1 INTRODUÇÃO

A análise da avaliação como eixo de uma política pública educacional deve considerar as eventuais mudanças nas formas de regulação social no âmbito do Estado, do mercado e da comunidade que se processam, em cada país, como resultado de fatores internos e externos e que determinam ou condicionam a avaliação que é afetada por forças políticas e tem efeitos políticos, servindo a determinados interesses e os representando.

A avaliação pode ser analisada no campo da sociologia da educação, como estudo das práticas avaliativas, como problematização das práticas de avaliação e como forma de prestação de contas (*accountability*) nos níveis micro, meso, macro e mega do sistema educativo (AFONSO, 2000).

* Bacharel e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE).

Foram considerados os níveis macro e mega da Avaliação da Educação Superior, destacando o *Centro Nacional de Evaluación para la Educación Superior, A. C.* (CENEVAL), os “*Comités Interinstitucionales para la Evaluación de la Educación Superior*” (CIEES), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC).

Dentre os motivos que justificam a escolha por um estudo comparado entre a Avaliação da Educação Superior no Brasil e no México, podem ser destacados que os seus sistemas se constituem em megasistemas em termos de Educação Superior; que o conjunto do processo de Avaliação da Educação Superior utiliza os mesmos tipos de avaliação e que nos dois países ocorreu um processo de privatização da Educação Superior. Diante da opção por um estudo comparativo entre os processos de avaliação brasileiro e mexicano, surgiram questionamentos sobre a Educação Comparada. Segundo Franco (1992), os estudos comparados podem ser abordados através de várias vertentes de análise sendo que para esta pesquisa foi selecionada a que se refere à comparação tendo como princípio a questão do outro, num processo que se preocupa em perceber as semelhanças e diferenças, e ao perceber o outro, na diferença, se percebe a si mesmo.

Os grandes propósitos da Avaliação da Educação Superior no Brasil e no México, como política pública, são apresentados como o de promover a melhoria da qualidade da Educação Superior, orientar a expansão de sua oferta e aumentar a sua eficácia institucional e acadêmica. Porém será que, na prática, não teria se tornado um processo constrangedor da autonomia institucional ou profissional, aumentado o poder de regulação e controle do Estado, bem como um veículo de construção de Hegemonia, isto é de direção e dominação.

A regulação está ligada ao propósito de mudança do papel do Estado de provedor para o de controlador dos serviços oferecidos por meio de mecanismos utilizados no mercado (“estratégias gerenciais”). Propósito esse inserido no quadro das reformas dos anos de 1990 cujas origens estão nas mudanças ocorridas no capitalismo mundial.

A análise das hipóteses acima elencadas levou em conta os aspectos contextuais da institucionalização da Avaliação da Educação Superior no Brasil e no México de modo a construir o cenário onde ocorreu na perspectiva de “Bloco Histórico” segundo as ideias de Gramsci (1974).

2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E NO MÉXICO

Segundo Santa Cruz (2013), nos “Anos Dourados” do capitalismo- os trinta anos após o fim da segunda guerra mundial-, o equilíbrio de poder era tenso e dependente de reposicionamentos e compromissos entre o trabalho organizado em bases fordistas, o grande capital e o Estado Nacional. Estado este que assumia uma grande gama de obrigações, como afirma Harvey (1992, p. 129):

[...] Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra [...].

A partir de 1973, o Capitalismo foi abalado por uma grande recessão que foi sucedida por outras até o fim da década de 1980. Crise que se caracterizou por uma onda inflacionária seguida de grandes dificuldades nas instituições financeiras acompanhadas pelo aumento dos preços e embargo das exportações do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produção, o deslocamento espacial da indústria constituíram o quadro da reestruturação econômica levando a um sistema de regulamentação política e social diferente chamado de “Acumulação Flexível” por Harvey (1992) com reflexos nos hábitos e práticas políticas e culturais tais como um maior individualismo, busca pelo novo e competitividade.

Neste contexto, as reformas do estado e da educação ganharam força, refletindo a relação orgânica entre a estrutura (relações de produção) e a superestrutura (onde se alojam a sociedade civil e a política) de acordo com as ideias de Gramsci (1974).

Com relação ao Brasil, foi na década de 1980 que nasceu, especificamente, a preocupação com a avaliação do sistema educacional como um todo e, posteriormente, ligada às questões da autonomia e da qualidade. Em 1993, foi criado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) (BRASIL, 1993).

No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi publicada, a Lei nº 9131, de 1995 que definiu um novo programa de avaliação para o ensino superior, ganhando destaque o Exame Nacional de Cursos, conhecido como “Provão”. A responsabilidade pela implementação da avaliação ficou a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (SANDER, 2008).

O Ministério da Educação (MEC) produziu os instrumentos administrativos para a realização da reforma da Educação Superior, que se efetivou no Congresso Nacional com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) que tem a avaliação como um dos seus pilares.

Com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) pela Lei nº 10.681, de 2004, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, procurou-se fazer uma avaliação voltada para três eixos: a avaliação institucional, a avaliação de cursos e a avaliação de desempenho dos estudantes (SANDER, 2008).

No México, o crescimento da Educação Superior ocorreu nos anos de 1960 e 1970, acompanhando uma tendência mundial de expansão da sua matrícula e o crescimento da sua população. Daí a necessidade da contratação de um número maior de professores num verdadeiro “recrutamento docente massivo”, o que trouxe várias reflexos sobre a sua qualidade (PÉREZ MORA, 2009).

No início do mandato do presidente Miguel De La Madrid Hurtado (1982-1988) a situação piorou. As eleições de 1988 confirmaram Carlos Salinas de Gortari como presidente após uma pretensa fraude eleitoral e este deu à educação um papel de modernização. Com Ernesto Zedillo Ponce de León (1994-2000), a crise continuou, mas com a subida dos preços do petróleo o México retomasse o crescimento.

Nos governos de Vicente Fox Quesada (2000-2006) e Felipe Calderón Hinojosa, ambos do “*Partido Acción Nacional*” (PAN), ganhou força o pacto entre o governo e os empresários (ABOITES, 2001).

3 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES (ENADE)

Para tratar do ENADE e do CPC, é necessário, inicialmente, destacar na legislação sobre Avaliação da Educação Superior do governo Lula, a Lei nº 10.861/2004 (instituiu o SINAES) e o Decreto Federal nº 5.773/2006 (que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação, alterado pelo Decreto Federal nº 6.303 de 2007).

A estruturação do SINAES gira em torno de três grandes eixos com informações complementares dadas pelo censo e pelo cadastro: a avaliação institucional, a avaliação dos cursos e do desempenho conforme o constante no Quadro1 (BRASIL, 2004).

Quadro 1 - A estrutura do Sistema Nacional de Avaliação

Avaliação institucional	- autoavaliação; avaliação externa in loco.
Avaliação de cursos	- condições de ensino; procedimentos e instrumentos diversificados
Avaliação de estudantes	- componente curricular obrigatório dos cursos; desempenho em relação aos conteúdos, habilidades e competências;

Elaboração própria. Fonte: Brasil (2004), in: SANTA CUZ, (2013, p. 84)

A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação é realizada pelo ENADE, um dos componentes do SINAES com fundamento legal no artigo 5º da Lei nº 10.861, de 2004 (BRASIL, 2004).

É um exame em larga escala concebido como meio de avaliar a formação acadêmica e profissional entendida como uma atividade estruturada que permite a apreensão da qualidade do curso no contexto da realidade institucional. Tem um ciclo avaliativo de três anos. O ENADE avalia: habilidades acadêmicas e competências profissionais básicas das áreas; conhecimento sobre conteúdos básicos e profissionalizantes e questões transdisciplinares.

Os fundamentos do ENADE são as diretrizes curriculares nacionais, o projeto político pedagógico do curso e os chamados padrões de qualidade estabelecidos por especialistas. Os seus instrumentos são a prova, o questionário de impressões dos estudantes sobre a prova, o questionário do estudante e o questionário do coordenador do curso (BRASIL, 2011 a; SANTA CRUZ, 2013).

Há um Banco Nacional de Itens (BNI) como o objetivo de armazenar itens de qualidade técnica que permitam avaliar os conteúdos e habilidades dos estudantes em relação ao previsto nas diretrizes curriculares nacionais nos cursos de graduação.

O conceito é apresentado em cinco categorias, sendo que 1 (um) é o resultado mais baixo e 5 (cinco) é o melhor resultado. O curso fica sem conceito ENADE (SC) quando não reúne as condições que possam estabelecer o cálculo de desempenho.

O ENADE recebeu críticas pelas mudanças realizadas no cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC), inclusive comparando-se com o antigo ENC do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Sobre a Avaliação da Educação Superior do México, foi destacado um exame aplicado aos concluintes da licenciatura pelo CENEVAL, que é um exame em grande escala, aplicado em todo país, embora apresentando diferenças qualitativas com relação ao ENADE.

4 CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO (CPC)

A avaliação dos cursos de graduação foi disciplinada pelo artigo 4º da Lei nº 10.861, de 2004 é um dos três componentes do SINAES tendo como objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes em três dimensões: instalações físicas, perfil do corpo docente e organização didático-pedagógica (Brasil, 2004).

O CPC está baseado no conceito do ENADE, no conceito do Indicador de Diferença entre o Desempenho Observado e Esperado (IDD) e as variáveis de insumo que são dados referentes ao corpo docente, infraestrutura e projeto pedagógico obtidos com informações do Censo da Educação Superior e respostas ao questionário socioeconômico do ENADE. São oito medidas de qualidade do curso padronizadas e transformadas em notas de zero a cinco (SANTA CRUZ, 2013).

No cálculo do CPC de 2007, o ENADE tinha peso de 40%, o IDD com 30% e os insumos 30% e, em 2008, ENADE 30%, IDD 30% e Insumos 40% (BITTENCOURT et al., 2010, p.150; BRASIL 2009 b). Pelo artigo 4º da Portaria nº 821, de 2009 (Brasil, 2009a), o CPC tinha a seguinte conformação conforme a Figura 1 e o seguinte texto legal:

[...] INSUMOS (40%), sendo: 20% a titulação de doutores; 5% a titulação de mestres; 5%-regime de trabalho docente parcial ou integral; 5% a infraestrutura; 5% questão pedagógica; e ENADE (60%), sendo: 15% o desempenho dos concluintes; 15% o desempenho dos ingressantes e 30% o IDD. (BRASIL, 2009, p. 327-328).

Quadro 2 - Fórmula para o cálculo do CPC

$$\text{CPC} = (0,20 \times \text{NPD}) + (0,05 \times \text{NPM}) + (0,05 \times \text{NPR}) + (0,05 \times \text{NF}) + (0,05 \times \text{NO}) + (0,30 \times \text{NIDD}) + (0,15 \times \text{NI}) + (0,15 \times \text{NC}) \quad (5)$$

Fonte: Nota Técnica CPC 2009, 2010 (BRASIL, 2010, 2011b), in: SANTA CRUZ (2013, p. 93).

Os conceitos do CPC, elaborado conforme o Quadro 2, são de 1 (um) a 5 (cinco). Os cursos que obtiveram CPC três, quatro ou cinco podem dispensar a visita dos avaliadores e o seu conceito preliminar torna-se o seu Conceito de Curso (CC), porém os que obtiveram o conceito preliminar 3 (três) ou 4 (quatro) podem requerer a avaliação *in loco*, no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser confirmado ou não o seu conceito preliminar para mais ou, para menos. Os com conceitos 1(um) e 2 (dois) têm a obrigação de solicitar a visita *in loco* (BRASIL, 2011 a, SANTA CRUZ, 2013).

Quadro 3 - Conceito Preliminar de Curso (CPC)

Origem dos dados	Tipo de dados
ENADE	- habilidades acadêmicas - competências profissionais
IDD	- resultado esperado do curso
Variáveis de insumo	- instalações físicas e equipamentos recursos didático-pedagógicos, -titulação e regime de trabalho corpo docente

Elaboração própria. Fonte: INEP (2010), in: SANTA CRUZ, (2013, p. 94).

Segundo Santa Cruz (2013), as mudanças no SINAES, a partir de 2008, mostram uma inflexão no sistema de avaliação e a importância que o cálculo estatístico assume na Avaliação da Educação Superior e a não neutralidade do valor do peso atribuído a um indicador como mostram as afirmações de Bittencourt *et al.* (2010).

5 “CENTRO NACIONAL DE LA EVALUACIÓN DE EDUCACIÓN SUPERIOR” (CENEVAL)

No México, as atividades de avaliação dos alunos foram privatizadas. O CENEVAL foi criado como uma associação civil com o objetivo de desenvolver, aplicar e qualificar os exames standardizados aplicados no ingresso e na conclusão da educação superior no México (CENTRO NACIONAL..., 2006).

Sobre a resistência à avaliação, o Entrevistado M2, colocou que em “[...] em 1994, había una abierta resistencia ante lo que era CENEVAL [...]”¹. Acrescentou que diminuiu devido à construção do conteúdo das provas por membros da comunidade acadêmica o que pode ser concluído do seguinte trecho de sua fala:

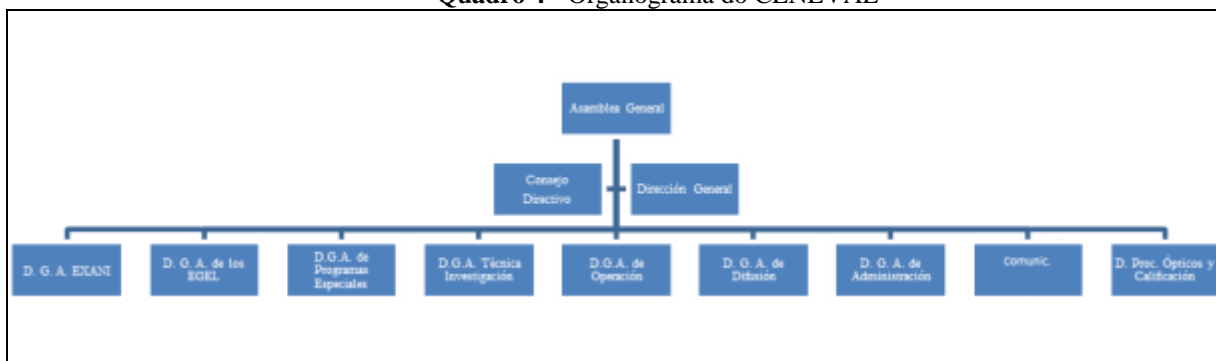
[...] no ahora, lo que observan es, al contrario, es un ejercicio de interés por parte de las instituciones, pues son las instituciones que construyen las pruebas por parte de los contenidos. CENEVAL digamos es el contenido lo tiene los expertos, los expertos que están en las instituciones [...] (M2)².

A máxima autoridade na organização do CENEVAL é a “*Asamblea General*”. Conta com o “*Consejo Directivo*” e a “*Dirección General*”.

¹ [...] em 1994, havia uma aberta resistência diante do que era o CENEVAL [...] (M2) (**tradução nossa**).

² [...] não agora, o que observam é, ao contrário, é um exercício de interesse por parte das instituições, pois são as instituições que constroem as provas por parte dos conteúdos. CENEVAL digamos é o conteúdo que tem os especialistas que estão nas instituições [...] (M2) (**tradução nossa**).

Quadro 4 - Organograma do CENEVAL



Elaboração própria. Fonte: CENEVAL (2011), in: SANTA CRUZ (2013, p. 124).

O CENEVAL, dentre outros exames, aplica os “*Exámenes Nacionales de Ingreso*” (EXANI) I e II. É aplicado pelas instituições que contratam os seus serviços como parte do processo de seleção de candidatos a ingressar na Educação Superior, não se aplicando a solicitantes individuais e o III para a pós-graduação (CENEVAL, 2011).

O EGEL se destina aos concluintes da licenciatura- com cobertura de 100% dos créditos, titulados, estudantes no último semestre da carreira- e permite identificar se os mesmos contam com os conhecimentos e habilidades o exercício profissional. O EGEL, exame nacional estandarizado em grande escala para concluintes, é o que mais se aproxima do ENADE aplicado no Brasil (SANTA CRUZ, 2013).

A participação no EGEL é voluntária e envolve alunos das instituições públicas e particulares, ao contrário do ENADE, no Brasil, que se constitui em componente curricular obrigatório para as instituições do sistema federal de ensino superior. A decisão em participar do EGEL, usualmente, é da própria instituição. Mas, há instituições que não fazem parte do EGEL, então o concluinte faz por conta própria (M2).

O candidato paga para fazer a prova. O custo aproximado, na época da pesquisa, era de 1.400 pesos, sendo que as instituições podem ter um desconto de 50% se for aplicado, por exemplo, a doze concluintes ou através de acordo com a “*Asociación Nacional de Universidades y Instituciones de Educación Superior*” (ANUIES) (M2).

Com relação à comparação com o ENADE, percebeu-se que há uma diferença qualitativa, pois o EGEL está mais vinculado ao mercado profissional. Na divulgação e sistematização dos dados, há dificuldades apontadas para o EGEL, pois só existe uma a partir de 2006. Na época da pesquisa, o CENEVAL tinha instituído um indicador de desempenho através do chamado “*Padrón de Alto Rendimiento*” com a participação voluntária dos programas de licenciatura atendendo a uma convocatória (M2).

Os níveis são “*no satisfactorio*”, “*satisfactorio*” e “*sobressaliente*”. No “*estándar de rendimento académico 1*” (IDAPI). No “*stándar 2*”, estão os programas que obtiveram 60% ou mais. Estes níveis mostram a complexidade que estão caracterizando os indicadores desses processos de avaliação de desempenho (CENEVAL, 2013).

6 “COMITÉS INTERINSTITUCIONALES PARA LA EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR”- (CIEES)

Os CIEES se constituíram como um organismo de caráter não governamental com a finalidade de realizar a avaliação interinstitucional de caráter diagnóstico. Em 2012, os CIEES estavam formados por nove Comitês constituídos de pares acadêmicos sendo sete acadêmicos e encarregados de avaliar os programas educativos de acordo com a área do conhecimento e dois de administração, Gestão e difusão (CIEES, 2013).

Desde 2001, a pedido da SEP, os CIEES prepararam um programa de registro de classificação em três níveis: Nível 1 (a instituição está pronta para ser acreditada), Nível 2 (com potencial para obtenção do credenciamento a médio prazo) e, no Nível 3 (com possibilidades de credenciamento a longo prazo). Conta com um “*Marco General para la Evaluación*” cujo objetivo é valorizar os processos de auto avaliação, incrementada a partir de 2005 (SANTA CRUZ, 2013).

Segundo M1, os CIEES avaliam a licenciatura e a pós-graduação e, também, a modalidade presencial, à distância e mista de instituições públicas e particulares, a educação normal, a intercultural, a tecnológica, os institutos tecnológicos, as universidades tecnológicas e politécnicas. Não existe a obrigatoriedade da avaliação. As instituições não pagam pela avaliação em seus programas, somente contribuem com as suas custas.

Em sua fala, o Entrevistado M1 destacou que as diferenças entre os anos noventa e hoje são grandes, pois a comunidade se sente escutada com a utilização, em 2005, da autoavaliação. M1 reforçou a sua tese da importância da autoavaliação com a seguinte colocação: “[...] *Vamos consolidando la cultura de la autoevaluación. El secreto de la autoevaluación es que no viene de fuera, es lo que nosotros tenemos hecho, trabajar juntos*”(M1)³.

³ [...] *Vamos consolidando a cultura da autoavaliação. O segredo da autoavaliação é que não vem de fora, é que nós temos feito, trabalhar juntos (M1) (tradução nossa).*

Díaz Barriga (2009), ao analisar o trabalho dos avaliadores dos CIEES, fez críticas porque eles não têm formação específica em avaliação, mas somente nas suas disciplinas de formação, o que faz com que ajam sem um critério científico de análise e na redação do relatório, as recomendações seguem um critério padrão.

A acreditação do programa é feita pelo “*Consejo para la Acreditación de la Educación Superior A. C*” (COPAES) que é um organismo que coordena os organismos acreditadores da educação superior com convênio firmado pela SEP para fornecer reconhecimento formal para as agências que acreditam os programas (SANTA CRUZ, 2013).

Segundo Santa Cruz (2013), pode ser considerada como estratégia dos organismos avaliadores para diminuir as resistências, o uso da autoavaliação apontada pelos Entrevistados M1 e B5. No ENADE e EGEL, as questões formuladas por especialistas das áreas do conhecimento avaliadas das instituições, conforme apontam os Entrevistados M2 e B4.

7 A PESQUISA

Os dados foram coletados através de uma pesquisa qualitativa constituída de uma análise documental e bibliográfica e de uma investigação empírica através de entrevistas semiestruturadas junto aos responsáveis em nível macro pela implementação da política de Avaliação da Educação Superior, no Brasil, junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP) e, no México, junto ao CENEVAL e CIEES.

Entrevistado B1- Situação: Coordenador Geral de Avaliação de Cursos de Educação Superior desde 2010. Entrevista realizada na sede do INEP situada no Setor de Rádio e TV Sul, Bloco M, Quadra 701, Edifício Dario Macedo, 4º andar, Brasília D.F. em 26/07/2012 às 10:00 hs.

Entrevistado B2- Situação: Estatístico responsável pelo cálculo do ENADE, IDD e CPC há dois anos e meio. Entrevista realizada na sede do INEP situada no Setor de Rádio e TV Sul, Bloco M, Quadra 701, Edifício Dario Macedo, 4º andar, Brasília D.F. em 26/07/2012 às 11:30 hs.

Entrevistado B3- Situação: Técnica da Coordenação Geral do ENADE, técnica de nível médio, desde 2009. Entrevista realizada na sede do INEP em 26/07/2012 às 14:00 hs.

Entrevistado B4- Situação: Coordenadora Geral do ENADE desde junho de 2012. Entrevista realizada na sede do INEP em 31/10/2012 às 11:30 hs.

Entrevistado M1-Situação: Coordenador Geral dos “CIEES. Exerce esta função desde 1994. Entrevista realizada na sede dos CIEES situada na Av. San Jerónimo, 120, Col. Jardines del Pedregal, Delegación Álvaro Obregon, México D.F. em 18/07/2012 às 12:00hs-hora da cidade do México.

Entrevistado M2-Situação: “*Director de la Área de las Ingenierías y Tecnologías*” junto a “*Dirección General Adjunta de los EGEL*”. CENEVAL- endereço Av. Camino del Desierto de los Leones (Altavista), 19, Col. San Ángel, Delegación Álvaro Obregón, México D.F. Entrevista realizada via Skype em 18/10/2012 às 17:00 hs na cidade do México e 19:00hs na cidade de São Paulo.

A técnica mais utilizada para o registro das entrevistas foi a da gravação em áudio, com autorização expressa do entrevistado e por conta das distâncias entre o pesquisador e o entrevistado e pela disponibilidade da agenda dos mesmos, uma entrevista foi realizada via Skype. Optou-se pela análise categorial temática dos textos produzidos pela transcrição das entrevistas e, no processo de análise e interpretação, procurou-se cruzar os dados obtidos com os da pesquisa documental.

A pesquisa foi orientada pelas categorias como Hegemonia, Bloco Histórico, Estado e Avaliação, considerando-se as relações e contradições existentes na construção dos processos, pois, segundo Gohn (2005), a pesquisa científica é “a apreensão de uma totalidade viva, em movimento, que tem historicidade”.

Como, neste trabalho, foi realizado um estudo comparativo surgiram questionamentos sobre a Educação Comparada que, muitas vezes, tem-se apresentado de forma sistêmica, descontextualizada, a-histórica. Porém os estudos comparados, segundo Franco (1992), podem ser significativos na medida em que percebem o outro e se percebe a si mesmo sem deixar de considerar a singularidade histórica de cada um e a sua diversidade cultural, segundo Ferrer Julià (2005).

8 CATEGORIAS DE ANÁLISE

A análise do processo de institucionalização da Avaliação da Educação Superior, no Brasil e no México, apoiou-se na premissa de que a sociedade se apresenta como totalidade que deve ser abordada em todos os seus níveis, pois estruturas e superestruturas formam um “Bloco Histórico” (GRAMSCI, 1974).

O problema das relações entre estrutura e superestrutura tem que ser colocado corretamente para que se possam analisar as forças que atuam na história de um determinado período e a relação existente entre elas de acordo com as afirmações de Gramsci (1974), pois o movimento histórico nasce sobre a base da estrutura. No estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos dos elementos que podem ser denominados de conjuntura, pois

[...] No entanto, no estudo de uma estrutura, é preciso distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que se podem chamar de “conjuntura” (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Os fenômenos de conjuntura estão por certo dependentes também eles dos movimentos orgânicos [...] (GRAMSCI, 1974, p. 323).

Gramsci (1995) demonstra que direção e dominação se complementam, organicamente, pressupondo uma relação de Hegemonia que para ele é necessariamente uma relação pedagógica.

Segundo Gramsci (1974), o Estado deve ser entendido como sociedade política e desempenhando, também, uma tarefa formativa e educativa. No ideário neoliberal, o papel exercido pelo Estado passou a ser de “Estado Avaliador”, sendo que, no campo educacional, o controle é feito a partir da institucionalização do processo de avaliação externa.

A partir dessas categorias, foi analisado o processo de Avaliação da Educação Superior no Brasil e no México, enfatizando os seus aspectos históricos e relacionando-os com o contexto mais amplo da reestruturação capitalista e das reformas que se processaram no âmbito do Estado e da Educação a partir dos anos de 1990.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa concluiu que a institucionalização da Avaliação da Educação Superior no Brasil e no México está relacionada, em grande parte, com fatores internacionais que afetaram os papéis do Estado e das Instituições de Educação Superior, mas, também, com as suas próprias dinâmicas político-econômicas e educacionais. O seu processo de institucionalização está ligado ao contexto geral de reestruturação do capitalismo, ao avanço das ideias neoliberais, às reformas gerenciais processadas, no âmbito do Estado, mas cada um com características próprias. No Brasil, é realizada por organismos governamentais, a adesão é obrigatória, no Sistema Federal de Ensino, e os processos de Avaliação, Regulação e

Supervisão são interdependentes e complementares. Já, no México, a adesão é voluntária, assumida por diferentes organismos governamentais ou não e sem clareza sobre a relação entre Avaliação, Regulação e Supervisão.

Nos dois países estudados, constatou-se que tanto para a avaliação dos estudantes quanto dos cursos tem ocorrido a sofisticação dos instrumentos de avaliação e a sua redução a equações matemáticas precisas como no cálculo do CPC (Figura 1) e os indicadores do CENEVAL. O cálculo estatístico tornou-se uma ferramenta a serviço dos interesses do mercado educacional. O valor do peso atribuído aos insumos que compõem o cálculo dos indicadores é um aspecto pouco pesquisado, mas é importante e pode mudar o resultado da avaliação.

Ficaram evidentes as diferenças, como no papel desempenhado pelo CENEVAL mexicano e pelo INEP brasileiro, o que pode ser ligado a um sentido mais privatista ou de maior presença do Estado com a presença, nos dois casos, de uma gestão pública orientada por resultados (SILVA, 2007).

A pesquisa confirmou a hipótese de que a Avaliação da Educação Superior traduz uma relação de Hegemonia que tem presentes a direção e a dominação numa relação política e pedagógica. Direção porque ela conduz, direciona instituições e alunos nas escolhas de currículos, cursos, dentre outras e que a Avaliação da Educação está mais preocupada com o produto do que com o processo e identificada com as propostas do “Estado Avaliador” numa perspectiva de regulação.

EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL Y MÉXICO: ENADE, CPC, CENEVAL Y CIEES

RESUMEN

En este artículo se presenta el recorte de un estudio más amplio para una tesis doctoral defendida en el Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Nove (UNINOVE). En esta tesis se presenta como problema central de investigación verificar si y cómo los procesos de Evaluación de la Educación Superior han subvencionado las políticas para la Educación Superior en Brasil y en México de 2004 a 2010, en relación a los cursos de graduación. Los resultados del estudio mostraron que el proceso de institucionalización de la Evaluación de la Educación Superior está situado en el contexto histórico de la reestructuración del capitalismo y las reformas educativas contemporáneas. En Brasil, la Evaluación de la Educación Superior es de naturaleza obligatoria en el Sistema de Enseñanza Federal y los procesos de evaluación, regulación y supervisión son complementarias e interdependientes. Ya, en México, no es obligatoria y se lleva a cabo por diversas organizaciones gubernamentales y no gubernamentales. En México, el corte se hizo hacia el Centro Nacional para la Educación Superior, AC. (CENEVAL) y los Comités Interinstitucionales para la Evaluación de la Educación Superior, AC. (CIEES) y en Brasil, para el “*Exame Nacional de Desempenho Estudantil*” (ENADE) y

el “*Conceito Preliminar de Cursos*” (CPC). La investigación confirmó la hipótesis de que la evaluación refleja una relación de Hegemonía donde hay la dirección y la dominación. Los datos presentados son el resultado de una investigación cualitativa que utiliza el análisis técnico de los documentos y entrevistas individuales semiestructuradas en una perspectiva de Educación Comparada respetando las peculiaridades históricas de los países en estudio.

Palabras clave: evaluación; educación superior; hegemonía; Brasil; México.

REFERÊNCIAS

ABOITES, H. A privatização da Educação Superior no México: novas e velhas realidades. In: GENTILI, P. (Org.). **Universidade na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 189-216.

AFONSO, A. J. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2000.

BITTENCOURT et al. Mudanças nos pesos do CPC e seu impacto nos resultados de avaliação em universidades federais e privadas. In: **Avaliação. Campinas, Sorocaba**. SP, v. 15 ,n. 3, p. 147-166, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdef/aval/v15n3/08.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Conselho Federal de Educação. **Documento básico: Avaliação das Universidades Brasileiras: uma Proposta Nacional**. Brasília DF: 1993. Disponível em <www.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf.docbas.pdf> Acesso em 14/03/2012.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação Institucional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, n. 72, Seção 1, p. 3-4, 15/04/2004.

_____. Portaria nº 821, de 24 de agosto de 2009. Define procedimentos para avaliação de Instituições de Educação e Cursos de Graduação no âmbito do 1º Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e dá outras providências In: SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 5. ed. rev. amp. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009a, p. 327-328.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Técnica. **Cálculo do CPC de 2008**. Brasília DF: 2009b. Disponível em <www.inep.gov.br> Acesso em 26/12/2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Técnica. **Cálculo do CPC de 2009**. Brasília DF: 2010. Disponível em <www.inep.gov.br> Acesso em 26/12/2012.

_____. Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007 (consolidada em 29/10/2010). Diário Oficial da União de 29/12/2011, seção 1, p.23. Brasília DF:, Seção 1,2011a.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Técnica. **Cálculo do CPC de 2010**. Brasília DF: 2011b. Disponível em <www.inep.gov.br> Acesso em 26/12/2012.

CENTRO NACIONAL para la Evaluación de la Educación Superior A. C. **La educación superior en el nuevo milênio, una primera aproximación**. México: 2006.

_____. Centro para la Evaluación de la Educación Superior, A.C. Site. Disponível em <www.ceneval.edu.mx> Acesso em: 22 fev.2011.

CIEES. Comités Interinstitucionales para la Evaluación de la Educación Superior, A.C. Site. Disponível em <www.ciees.edu.mx> Acesso em: 13 jan.2013.

DÍAZ BARRIGA, A. A Avaliação na educação mexicana. Excesso de programas e ausência de dimensão pedagógica. In: Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**. n. 9, m/ago/2009. p. 19-30. Disponível em <<http://sisifo.fpce.ul.pt>> Acesso em 09/03/2011.

FERRER JULIÀ, F. Diversidad Cultural y escuela en la Unión Europea. In: **Quaderns Digitals/Quaderns 38: Monográfico Educación Comparada**. 2005. Disponível em <www.quadernsdigitals.net> Acesso em 23/03/2012.

FRANCO, M.C. Estudos Comparados em educação na América Latina: uma discussão teórico-metodológica a partir do outro. In: FRANCO, M. C. (Org.). **Estudos comparados em educação na América Latina**. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1992, p. 13-35.

GOHN, M. G. O ato investigativo na produção do conhecimento: questões metodológicas. **Revista Eccos**. São Paulo, v. 7, n. 2, 2005.

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

INEP. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. Site. Disponível em <www.inep.gov.br> Acesso em 01 out.2010.

PEREZ MORA, R. Políticas de Educação Superior no México e a gestão do pessoal acadêmico. In: ROMÃO, J. E.; MONFREDINI, I. **Prometeu Desencantado: Educação Superior na Ibero-América**. Brasília: Líber Livro, 2009, p. 87-104.

SANDER, B. Avaliação institucional em construção (Prefácio) In: OLIVEIRA, J. F. de e FONSECA, M. (Org.). **Avaliação institucional: sinais e práticas**. São Paulo: Xamã, 2008, p. 11-16.

SANTA CRUZ, S. M. S. **Avaliação da Educação Superior: um estudo comparativo do Brasil e do México**. Tese de Doutorado. São Paulo: UNINOVE, 2013.



SILVA, M. A. R. A institucionalização da avaliação da educação superior: uma análise comparada do Brasil e do México. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2007.

Recebido em 30 de julho de 2015. Aprovado em 12 de setembro de 2015.